



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016192-08.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Sergio Leite de Souza**
 Embargado: **Alberto Moreira Jorge Junior**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se embargos de terceiro em que o embargante alega que na execução de origem foi penhorado automóvel de sua propriedade.

Alegou ainda que não tinha ligação alguma com a executada, de sorte que a constrição não poderia prosperar.

Os elementos amealhados aos autos dão conta de que a execução em apreço foi promovida pelo embargado contra a empresa Barrica Veículos.

É certo, outrossim, que o veículo penhorado está em nome do embargante e que no local onde se deu o ato está localizada outra empresa (Maravilha Veículos Ltda.), com CNPJ diverso daquele ostentado pela executada.

Anoto que tais circunstâncias foram apontadas no auto cuja cópia se encontra a fl. 15.

Por outro lado, as partes foram instadas a esclarecer se desejavam produzir novas provas (fl. 52, item 2), mas permaneceram silentes (fl. 54).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, a discrepância quanto à identidade entre a executada e o embargante dispensa considerações a demonstrá-la, ao passo que a circunstância do veículo encontrar-se em nome deste é também incontroversa.

Sustentou o embargado que haveria liame entre a executada e o embargante, além de ressaltar que o ramo de atividade deles é o mesmo.

Todavia, esse fato por si só não firma base sólida à convicção de sucessão entre as empresas, não se podendo olvidar que não foram amealhados dados concretos inclusive que evidenciassem que o embargante permaneceu com o mesmo estoque da executada ao iniciar suas atividades.

Não se apurou, enfim, por meio de elementos minimamente concretos a ligação entre o embargante e a executada, de sorte que o bem deste não pode responder por dívida daquela.

É por essa razão que o acolhimento dos embargos se afigura de rigor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para excluir da penhora efetivada nos autos da execução o bem sobre o qual recaiu, dando-a por levantada.

Prossiga-se oportunamente na execução.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**